

**A BIBLIOTECA NA VISÃO DOS GESTORES ESCOLARES:
MAPEAMENTO DA AUSÊNCIA DE BIBLIOTECÁRIOS NUM
RECORTE DE ESCOLAS PÚBLICAS DE UMA REGIÃO DE BELO
HORIZONTE**

*THE LIBRARY FROM THE VIEW OF SCHOOL MANAGERS: MAPPING THE
ABSENCE OF LIBRARIES IN A CROSS OF PUBLIC SCHOOLS IN A
REGION OF BELO HORIZONTE*

Josianne Cardoso Prado

IFSULDEMINAS – Campus Passos

prado_jo@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-1817-8129>

Danilo Vizibeli

IFSULDEMINAS – Campus Passos

danilo.vizibeli@ifsuldeminas.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4456-0216>



DOI: 10.18406/2359-1269v11n22024391

Recebido em: 26/02/2024

Aprovado em: 18/03/2024

Resumo

Este artigo tem como objetivo avaliar e compreender o contexto das bibliotecas em algumas escolas públicas do estado de Minas Gerais, das superintendências de ensino denominadas regiões Metropolitana B e C da cidade de Belo Horizonte da Secretaria de Estado da Educação/MG. Os estudos bibliográficos mostram que as bibliotecas escolares são tratadas, muitas vezes, de forma desarticulada do ensino, cumprindo um papel desconexo, limitado, sem importância e, com isso, inevitavelmente, sendo ambientes descartados e subutilizados dentro da escola. Compreende-se a necessidade de uma boa gestão escolar para promover o bom desenvolvimento das bibliotecas e, para isso, a pesquisa objetiva, especificamente, perceber a visão dos gestores escolares acerca deste espaço no ambiente da escola. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário on-line enviado aos diretores das escolas. A motivação para este estudo parte do noticiário da mídia comum onde são divulgadas constantemente infrações às legislações vigentes sobre a obrigatoriedade do profissional bibliotecário nas bibliotecas escolares. Diante desse cenário, a aplicação desta pesquisa é uma maneira de embrenhar nesses ambientes em busca por informações que de alguma maneira traduzam o que de fato sustenta a redução da biblioteca nas escolas de Minas Gerais. Amparamo-nos em autores como Silva (1994), Milanesi (1983), Freire (1993) sobre a biblioteca e a importância do ato de ler.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Leitura. Gestão Escolar.

Abstract

This paper aims to evaluate and understand the context of libraries in some public schools in the state of Minas Gerais, of the teaching superintendents called Metropolitan regions B and C of the city of Belo Horizonte of the Secretary of State for Education/MG. Bibliographical studies show that school libraries are often treated in a way that is disjointed from teaching, fulfilling a disconnected, limited, unimportant role and, with that, inevitably, being discarded and underutilized environments within the school. It is understood the need for good school management to promote the good development of libraries and, for this, the research aims, specifically, to perceive the vision of school managers about this space in the school environment. Data collection was carried out through an online questionnaire sent to the principals of the schools. The motivation for this study comes from the news of the common media where infractions to the current legislations on the obligatoriness of the professional librarian in the school libraries are constantly divulged. Given this scenario, the application of this research is a way to delve into these environments in search of information that somehow translates what actually sustains the reduction of libraries in schools in Minas Gerais. We rely on authors such as Silva (1994), Milanesi (1983), Freire (1993) on the library and the importance of the act of reading.

Keywords: Scientific Article. Methodology. Standards.

Introdução

A biblioteca escolar, além de ser um direito do aluno, é também um ambiente pedagógico indispensável no processo de ensino em qualquer fase. O seu efeito repercute para muito além dos muros da escola, pois ela potencializa habilidades que reverberam por toda a vida. No ensino, ela fornece recurso fundamental de apoio e suporte para a realização de atividades e práticas educacionais valorosas e profícuas, principalmente aquelas voltadas para a leitura e a escrita.

A presença da biblioteca na escola, integra e colabora para a realização de um ensino mais completo, integral e justo. Ela ajuda a fortalecer o Projeto Político Pedagógico escolar, assegurando um lugar propício para desenvolvimento de valores, habilidades e práticas básicas ou complementares em prol de aprendizagens que ultrapassam a utilização dos livros.

Para a gestão das bibliotecas, em geral, e para a articulação deste espaço com a aprendizagem e o ensino, no caso das bibliotecas escolares, é importante destacar que o profissional habilitado para isso é o bibliotecário. O profissional habilitado em Biblioteconomia é quem tem competência para coordenar este ambiente de maneira apropriada. Em condições normais de trabalho, ele vai construir elos, propor serviços coerentes à diversidade e à pluralidade da escola e garantirá o cumprimento das normas de Biblioteconomia de forma condizente, harmônica e com bom senso, frente à realidade com a qual se depara.

A Lei Federal nº 12.244/2010 dispõe sobre a universalização de Bibliotecas nas instituições de ensino no país, a Lei 4.084/1962, dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício e a Lei nº 9.674/1998 dispõe sobre o exercício da profissão do bibliotecário. Apesar da vasta legislação, nem todos os ambientes escolares fomentam o papel realmente efetivo da biblioteca no plano diretivo ou quando da existência dos espaços quase sempre há a ausência do profissional bibliotecário para administrar a biblioteca sendo tal função relegada a professores ou outros servidores da escola sem nenhum preparo para tal.

Em Minas Gerais, o cargo de bibliotecário é inexistente no rol de servidores das escolas públicas vinculadas à Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG). Para a seleção do profissional para atuar na biblioteca é publicado um documento que rege o processo de contratação. Em 2021, tal processo foi regido pela Resolução SEE nº. 4673 de 9 de dezembro de 2021 e nela a formação de bibliotecário não é exigida sendo relegada para pedagogos ou até mesmo servidores com curso normal (nível médio).

Dessa forma, tal documento acaba colocando os bibliotecários em plano secundário, cometendo o contrassenso de dar a prioridade principal, para se trabalhar na biblioteca, a pessoa com formação em Pedagogia. Conforme já citado acima, esta ação está em completa discordância com as legislações vigentes. Estas ações governamentais também são contrárias às orientações sobre o profissional bibliotecário, reiteradas pelo manifesto IFLA/UNESCO para a Biblioteca escolar que diz: “A biblioteca escolar é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita as competências à leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural.” Em outro trecho, o documento descrito reitera: “O bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada que trabalha em conjunto com todos os membros da comunidade escolar”.

Nesse sentido, considerando tudo que foi exposto, muitos são os questionamentos e as dúvidas sobre esse assunto. Por isso, a proposta deste trabalho é adentrar um pouco mais no universo da educação no governo do estado de Minas Gerais, para acessar o contexto existente entre a biblioteca e a escola pública no intuito de entender um pouco mais as regras e as delimitações que condicionam os termos e as ações da gestão em razão da biblioteca. Desse modo, por meio da pesquisa, a intenção principal é levantar dados que possam ajudar na compreensão da atuação do gestor e sua conduta em relação ao cenário da biblioteca escolar, assim também, como frente ao bibliotecário. O levantamento foi feito em algumas escolas públicas do estado de Minas Gerais, das superintendências de ensino denominadas regiões Metropolitana B e C da

cidade de Belo Horizonte e entorno, da Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG).

Certamente, a ausência do bibliotecário na escola pública do Estado tem trazido efeitos na vida da comunidade escolar e, portanto, é relevante contribuir de algum modo para o desenvolvimento de esclarecimentos em torno desse contexto. Além de ser uma preocupação recorrente entre bibliotecários e pesquisadores sobre o tema, os cuidados com a biblioteca perpassam intimamente pela educação de qualidade, a erradicação da pobreza, uma proposta alinhada aos objetivos da agenda 2030 da ONU, plano global para um mundo melhor.

A biblioteca escolar, os bibliotecários e a gestão escolar: múltiplas dimensões

A biblioteca, seus tipos e suas funções

Em seu livro *O que é biblioteca*, Milanesi diz:

O professor é o canal único, como se ele fosse um livro. A biblioteca contém muitos livros, formando um conjunto complexo de conflitos e reforços. Cabe ao leitor aprender a entrar e a sair – principalmente a sair – desse jogo. A biblioteca é um conjunto de discursos, é como se ela fosse milhares de aulas impressas, das quais os alunos aproximam-se sem imposições e bloqueios. E, ainda, a biblioteca é mais do que livros, é informação, seja de que tipo for. A não existência desse serviço faz com que o professor seja a única fonte. (MILANESI, 1995, p.49)

Em outro momento, no mesmo livro, Milanesi complementa: “A biblioteca anula essa autoridade e dá a possibilidade de ampliação das informações e do campo de debates. Na biblioteca o professor é um aluno também. Juntos é que buscarão o conhecimento, discutindo passo a passo os obstáculos para se chegar a ele” (MILANESI, 1995, p. 49). Mais adiante, Milanesi também coloca que: “O acesso livre à informação é um exercício de liberdade que se desdobra

infinitamente. No conhecimento não há nada definitivo, nem o professor e nem os livros. Tudo está para ser reescrito constantemente” (1995, p. 53).

Portanto, a biblioteca é um espaço múltiplo e diversificado de possibilidades. Nesse sentido, os tipos de bibliotecas são muitos, assim também, como a imensa diversidade de produtos e serviços fornecidos por estes espaços também é. Para cada ambiente específico, considerando-se o perfil e as necessidades da comunidade a ser atendida, são elaborados critérios para sua organização, definidas questões sobre o processamento técnico (quanto à classificação, catalogação e indexação), sobre a aquisição de materiais, infraestrutura, tecnologia, mobiliário, desenvolvimento do acervo, layout, bem como aspectos importantes sobre questões de acesso.

Os produtos e serviços, são fatores essenciais e podem incrementar fortemente as ações da biblioteca, fornecendo o fomento a atividades de leitura, promovendo ações artísticas, culturais, socioeducativas, socioemocionais, psicopedagógicas, favorecendo a promoção e o acesso a temas importantes e essenciais para a comunidade diretamente presente em seu entorno. Assim, cada um dos tipos de bibliotecas constrói seus produtos e serviços de acordo com a necessidade e especificidade do seu público. O que expressa um campo de atuação bem vasto, pois, existem bibliotecas comunitárias, públicas, escolares, universitárias e especializadas, tal como a biblioteca hospitalar e a jurídica e entre muitas outras, para atendimento de demandas em áreas e públicos específicos.

Dessa forma, a biblioteca escolar, por meio dos seus produtos e serviços, oferece suporte e apoio às atividades de ensino e educação. Ela é uma aliada importante, um recurso pedagógico fundamental, um lugar seguro para colaborar expressivamente com as atividades escolares em prol de aprendizagens. “Cada etapa, modalidade, itinerário, nível educacional demanda serviços e mediações que estejam alinhadas às necessidades e vivências de cada grupo de usuários” (SILVA, 2022, p. 21).

Nesse contexto, segundo Silva:

As bibliotecas escolares, por exemplo, acompanham toda a formação dos/as estudantes, desde quando são bebês no Ensino Infantil, até chegar quase à maioridade no Ensino Médio. Formando acervos específicos para cada idade, com estratégias de mediação da informação, da leitura e da cultura também específicos para cada idade, as bibliotecas podem fornecer o acompanhamento necessário para que os/as sujeitos/as desenvolvam ao crescer seu pensamento crítico e sua capacidade de produzir novos conhecimentos. (SILVA, 2022, p.15)

A biblioteca na escola: a importância da gestão e sua visão sobre este espaço

Dentro deste contexto amplo de significações sobre a biblioteca e tendo em vista as condições das quais muitas escolas públicas no Estado de Minas estão condicionadas, principalmente aquelas circundadas pela falta de recursos, é importante conhecer qual a real situação das bibliotecas nesses ambientes. A compreensão que a gestão escolar tem sobre a biblioteca, mesmo em condições não muito ideais de infraestrutura, influencia diretamente na forma como esses espaços desempenham seu papel no dia a dia em cada escola, pois é por meio da ação da gestão em favor da biblioteca que se pode obter garantias de valorização deste espaço. Sem o apoio necessário dentro da escola, principalmente por parte da direção, a biblioteca está fadada a ser deixada de lado e levada ao esquecimento.

Dessa maneira, considerando as questões que entremeiam a escola pública do Estado, e em específico do Estado de Minas Gerais, pode se questionar qual seria a realidade das bibliotecas nos ambientes escolares? E, ainda, qual é a visão e compreensão que a gestão escolar tem sobre a biblioteca e sobre os serviços que oferecem à escola e aos alunos?

A problematização e a exploração desse assunto são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas, a promoção de mudanças nos sentidos distorcidos e redirecionamentos com vistas a melhorias e à valorização da biblioteca em direção ao benefício do aluno e de sua aprendizagem.

O bibliotecário, as exigências e a legislação

O papel que cabe à biblioteca escolar e, por extensão, ao bibliotecário que nela atua, é o de organizar, coordenar e promover o acesso à informação de qualidade, assim como, estimular as atividades de incentivo à leitura. Nesse sentido, atuação do Bibliotecário, colabora para que a criança/adolescente/jovem aumente seus conhecimentos, desenvolva sua capacidade crítica e reflexiva que lhe permitam atuar melhor na sociedade. Desse modo, pensando no contexto da Biblioteconomia, a seguir são apresentadas partes de leis fundamentais.

A Lei nº. 4.084, de 30 de junho de 1962, dispõe sobre a profissão do bibliotecário:

Art 7º Os Bacharéis em Biblioteconomia terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes à:

- a) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais ou municipais;*
- b) padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia;*
- c) inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas;*
- d) publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;*
- e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas. (BRASIL, 1962)*

A lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, dispõe sobre a criação de bibliotecas em escolas de ensino público e privado:

Art.3º Os sistemas de ensino do país deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 2010).

Na sequência, após apresentar os fragmentos de leis que regulamentam a profissão do Bibliotecário, é necessário salientar alguns aspectos. Por exemplo, por meio do desempenho de suas atividades, o profissional bibliotecário tem papel social inerente a marcos regulatórios importantes, bem como demonstrados nos trechos dos documentos citados adiante.

Na Declaração Mundial sobre Educação para todos o artigo 1, diz:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (UNICEF, 1990).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990). Um pouco mais à frente, o art. 53, dispõe que, “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990). Sem dúvida, sem biblioteca com atuação do profissional bibliotecário no ambiente escolar, o suporte da biblioteca ao aluno fica prejudicado, pois inviabiliza a prestação de serviços com a qualidade e acolhimento de que necessitam.

A ausência dos bibliotecários nas escolas públicas

A ausência de bibliotecários nas bibliotecas é algo constatável até mesmo nos espaços que não são escolares. Quando se trata da escola, essa ausência é ainda mais acentuada. Milanesi pontua que:

A ausência de bibliotecários, apesar da falta de dados, é algo facilmente constatável; basta visita a escolas públicas. A política oficial leva à contratação de centenas de professores por um bibliotecário, demonstrando com isso que ainda dá prioridade ao discurso dos professores ao livre acesso às informações. O que importa é o programa de ensino e a aula que o efetiva. O resto transcende aos objetivos oficiais e, por isso, é considerado supérfluo. A inexistência de bibliotecas comprova isso (MILANESI, 1995, p. 50).

A quantidade de obstáculos para os profissionais bibliotecários entrarem e ocuparem esses espaços escolares são incontáveis. Até quando esse imprevisto será tolerado em detrimento de um espaço tão crucial dentro da escola? Tal situação é um indício notadamente revelador e frustrante. Durante anos, consolidou-se um ciclo de descaso desenvolvido que continua produzindo efeitos irreparáveis. De alguma maneira, uma situação que acaba contribuindo para aprofundar cada vez mais discrepantes abismos entre as diferenças sociais.

O discurso em defesa da qualidade da educação só terá sentido, completude e solidez quando realmente incluir e lidar com as questões corrosivas, depreciativas e acachapantes em torno da biblioteca escolar. A desmistificação de conceitos errados frente à desvinculação da biblioteca, o profissional habilitado e a escola é urgente. Conforme o art. 1, da Declaração universal de direitos humanos, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” Nesse sentido, as bibliotecas escolares bem estruturadas é um direito de todos.

Uma realidade que torna necessários esclarecimentos sobre o assunto. O boicote à atuação profissional do bibliotecário, imposta pela sua ausência em bibliotecas escolares ou por meio de regras inoportunas e outras limitações hierárquicas e conceituais sem sentido aplicadas em ambientes onde a presença da biblioteca é primordial, é algo escandalosamente vergonhoso. Uma cadeia sucessiva de direitos está sendo cerceada nesta prática. O profissional bibliotecário tem sido ignorado, impedido de exercer sua profissão e uma sucessão de efeitos têm sido perpetuados com essa prática.

Essa ausência e a negação do direito à biblioteca implicam uma conduta deficiente que se reflete de maneira negativa no fomento à cultura, na disseminação de informação, na produção do conhecimento, no suporte às atividades pedagógicas e educativas, no apoio ao desenvolvimento, na colaboração ao aluno, ao professor, à família, à escola e toda comunidade.

Enfim, impossibilita a entrega e compartilhamento com a sociedade e com o mundo da verdadeira essência e benefícios do trabalho do Bibliotecário.

Percurso metodológico da pesquisa

O percurso metodológico proposto foi de natureza qualitativa com amostragem representativa dentro do universo pesquisado, sobre as bibliotecas escolares do Estado de Minas Gerais. O *corpus* da pesquisa consistiu em entrevistar gestores para explorar questões a respeito das bibliotecas da região metropolitana de Belo Horizonte, considerando escolas estaduais em funcionamento na metropolitana B e C. Por conta da pandemia e algumas restrições ainda vivenciadas, essas regionais foram escolhidas pensando na localização, pois, caso fosse necessário o deslocamento *in loco*, possibilitaria menor distância e maior agilidade para acesso.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram a própria página da Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG) e o questionário estruturado na ferramenta Google Formulários. A participação dos gestores se deu de forma livre e o envio das respostas sobre o questionário teve um tempo de espera estimado de um mês. Toda a orientação foi repassada por e-mail e além disso, foi pedido para que o responsável pelo preenchimento do questionário fosse feito pelo diretor ou vice-diretor da escola.

Desse modo, com vistas a compreender a visão do grupo gestor em relação à biblioteca na escola e a partir do aporte teórico de Luís Milanese (1983), Silva (1999), o presente trabalho seguiu três fases:

1. Preparação: seleção e ajustes de perguntas para o questionário e seleção de escolas a receber a pesquisa; montagem das perguntas no Google Formulário e envio por e-mail aos entrevistados;
2. Tratamento: organização dos dados obtidos, o que envolveu o recebimento e agrupamentos de respostas do formulário Google recebidos e elaboração dos relatórios de análise;
3. Conclusão: produção do artigo e apresentação.

Na primeira fase da pesquisa foi realizada uma consulta e seleção das escolas por meio da página da SEE/MG. Assim, a partir da página da SEE/MG, foram selecionados e-mails de escolas que compõem a metropolitana B e C para serem enviados convites para participação da pesquisa por correio eletrônico. Após a seleção das escolas, o questionário foi encaminhado por e-mail, o qual pode ser respondido livremente por todos aqueles interessados em colaborar com o trabalho.

O uso do Google Formulários, ferramenta que coleta informações por meio eletrônico, teve o objetivo de reduzir o desconforto nas respostas e economizar o tempo de coleta das informações. Ainda nessa fase, foi realizado um pré-teste do questionário para eventuais ajustes. Inclusive, fazendo algumas reduções no quantitativo de perguntas previamente pensados a ser realizado. Após todos os preparativos sobre a elaboração do questionário, a elaboração da carta de anuência e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a decisão sobre a escolha das escolas pelo site da SEE/MG, o trabalho foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do sistema Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e após os trâmites, obteve parecer favorável.

Na fase de tratamento dos dados, a análise das informações foi realizada considerando os relatórios automáticos gerados e fornecidos pelo Google gratuitamente. A fase de agrupamento de dados coletados iniciou após o retorno e finalização das respostas encaminhadas através dos relatórios automáticos gerados pelo formulário. Foram obtidas 22 respostas, porém somente assinaram a carta de anuência e a encaminharam pelo e-mail 5 escolas e, portanto, a análise de dados está focada nestas 5 escolas, o que está dentro do previsto, que eram até 6 escolas.

Sendo assim, as entrevistas aconteceram por meio de um questionário breve, utilizando linguagem simples, texto curto, acessível e descrição mais objetiva. O número total de perguntas contidas no documento foi de 14 perguntas de múltipla escolha e 1 questão aberta (dissertativa), para complementar as respostas com comentários, caso a pessoa quisesse, não sendo obrigatório. As perguntas

foram construídas com base nos questionamentos demonstrados no corpo do projeto apresentado ao CEP. Para garantir a confiabilidade do estudo proposto, foi solicitado ao respondente a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além de esclarecimentos aos participantes sobre o cumprimento quanto às orientações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Na segunda etapa, a técnica de análise dos dados adotada foi a análise de conteúdo, desenvolvida por Bardin (2010), combinada com o aporte teórico da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), o autor Milanese (1983).

Por fim, na terceira fase, foi realizada destacando-se a contextualização do estudo, os passos da técnica e as particularidades essenciais para validação e aplicação da análise de conteúdo com a apresentação dos resultados alcançados.

Uma amostra da realidade do papel dos bibliotecários na visão dos gestores escolares em escolas da Metropolitana B e C de Belo Horizonte

Será apresentado, a seguir, um resumo dos dados coletados nos questionários da pesquisa. É importante destacar, anteriormente, que a motivação para o estudo parte de uma série de reportagens e matérias jornalísticas que foram e continuam sendo veiculadas na mídia e, aqui, a mídia eletrônica, sobre a ausência de bibliotecas nas escolas básicas ou o fato da inexistência do profissional bibliotecário formado em Biblioteconomia. Não aprofundaremos neste material por não ser o foco, mas destacamos manchetes de notícias como: “Escolas descumprem lei federal e mantêm bibliotecas sucateadas: ‘Desolador’”, publicada em 20 de agosto de 2022, no jornal O Tempo, on line; “Um terço das escolas públicas de MG não tem biblioteca e quase metade não tem câmeras de segurança”, publicada no dia 6 de maio de 2023, no jornal Itatiaia, on-line. Além desse recorte, destacamos a campanha “Eu quero minha biblioteca” que no período eleitoral de 2022 divulgou uma

imagem de uma urna eletrônica com a informação “95.101 escolas públicas não têm biblioteca. Biblioteca em todas as escolas”.

Dessa forma, as notícias corroboram a necessidade de pesquisar e conhecer mais de perto a realidade das escolas, intuito do estudo aqui proposto que levantou uma série de dados da Região Metropolitana B e C de Belo Horizonte e entorno, da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Para facilitar a explanação sobre a apuração e análise dos dados, obtidos por meio da pesquisa, a separação das informações foi feita por agrupamento em três categorias e/ou grupos, a saber: Grupo 1 - Dados considerados favoráveis ou positivos em relação à situação da Biblioteca; Grupo 2 - Dados considerados desfavoráveis ou negativos em relação à situação da Biblioteca e Grupo 3 - Dados considerados duvidosos e/ou incompletos, com necessidade de outros detalhamentos.

Grupo 1: Dados considerados favoráveis ou positivos em relação à situação da Biblioteca

A primeira pergunta foi: “A escola em que você atua possui biblioteca?” A resposta foi afirmativa em todos os entrevistados, ou seja, 100% da amostra respondeu possuir Biblioteca na escola. A segunda pergunta foi: “A biblioteca possui algum responsável?” Novamente, os dados foram 100% afirmativos.

Em seguida, foi questionado o tipo de material que a biblioteca contém, elencando alguns tipos já como resposta pré-determinada e deixando a última opção como outros. Entre os materiais apresentados estão livros (100%), revistinha em quadrinhos (81,8%), computador (90,9%), internet (90,9%), jogos (54,5%), revistas e/ou jornais (68,2%). Sobre os serviços que a biblioteca disponibiliza, as respostas foram: empréstimos de livros (98,5%), atividades culturais variadas (81,8%) e orientação a pesquisas e trabalhos escolares (68,2%).

A pesquisa questionou ainda o que o gestor pensa sobre a Resolução 4.673/2021 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) que determina que para assumir a vaga da biblioteca na designação, a prioridade

será dada ao pedagogo que tenha acrescido o curso de graduação em Biblioteconomia. 90,9% responderam que é importante e fundamental

A relação do profissional que atua na biblioteca com a comunidade escolar foi considerada próxima, atuante e colaborativa por 68,2% dos entrevistados. Questionados qual é a preocupação com relação a este ambiente na escola, 95,5% dos gestores responderam que entende sua importância e se esforça para fomentar melhorias neste espaço, seguido de 4,5% que relatou que entende sua importância, porém, não tem como ajudar muito.

Estes dados apresentam uma realidade, a princípio, positiva sobre a biblioteca na escola, pois todos os gestores das 5 escolas que responderam ao questionário demonstram conhecer a importância do espaço na vida escolar e apresentam os materiais, serviços e a importância de um profissional com Biblioteconomia. Percebe-se a formação de um pensamento crítico sobre o espaço, mesmo diante das dificuldades. A sinceridade dos 4,5% que responderam entender a importância, mas que não tem como ajudar muito, revela que a manutenção e a boa administração da biblioteca na escola não dependem apenas da gestão da unidade, mas de responsáveis superiores na hierarquia, o próprio Estado representado pela SEE/MG. Sem investimentos e sem um olhar atento e crítico, assim como estão tendo estes gestores que responderam à pesquisa, fica mesmo difícil concretizar um espaço da biblioteca que seja dentro das normas da Biblioteconomia e atrativo e diversificado.

Grupo 2: Dados considerados desfavoráveis ou negativos em relação à situação da Biblioteca

Neste conjunto de dados, que são os dados considerados negativos, apesar de a resposta no conjunto anterior sobre a importância de se ter um profissional graduado em Biblioteconomia ter um percentual bastante elevado pelos gestores aqui foi perguntado se o profissional responsável pela biblioteca é formado em Biblioteconomia e possui registro profissional. As respostas foram 40,9% sim, 50% não e 9% não sei. Praticamente metade das bibliotecas não possuem bibliotecários graduados preparados para a função e, na verdade,

menos da metade possuem, uma vez que 9% não sabem. Esse último dado, a inexistência da informação, mostra uma realidade bastante difícil nas bibliotecas escolares em que a gestão parece aderir ao discurso de que a biblioteca pode ser administrada por qualquer outro profissional seja um professor, um pedagogo etc.

O confronto de dados, sendo o dado anterior praticamente todos saberem a importância de se ter um profissional bibliotecário aqui se choca, porque 9% nem sabem a formação do profissional que é responsável pela biblioteca. Naquela pergunta sobre a importância temos um mascaramento de respostas, uma vez que sujeitos pesquisados em situação de resposta, criam uma ilusão do que seria uma resposta plausível ou que gere um capital social e uma imagem positiva de sua escola. Desta forma, a pergunta concreta sobre a formação do profissional revelou uma disparidade e demarcou a situação concreta em que o bibliotecário ainda não ganhou a importância e relevância nas escolas básicas de Minas Gerais.

As disparidades continuam ao serem questionados se conhecem a Lei Federal de Universalização das Bibliotecas (Lei Nº. 12.244/2010). As respostas foram: 40,9% sim e 59,1% não. Mais da metade dos entrevistados não conhecem e esse dado mostra então uma dificuldade em se atingir aquilo que o movimento “Eu quero minha biblioteca” diagnosticou no período eleitoral de que 95.101 escolas no Brasil sequer possuem biblioteca. Para conseguir mudar essa realidade é imprescindível que os gestores conheçam a referida lei.

Grupo 3: Dados considerados duvidosos e/ou incompletos, com necessidade de outros detalhamentos

Neste conjunto de dados, apresentamos respostas que, pela forma como a pergunta foi elaborada, suscitou dúvidas nos respondentes e necessitaríamos de outras pesquisas ou outras abordagens como a entrevista presencial para se chegar à verdadeira realidade. Na pergunta sobre os materiais que a biblioteca contém, 95,5% responderam material didático. Na pergunta: “Na sua opinião, a Biblioteca da escola precisa de um profissional habilitado?”, 100% responderam

que sim. A pergunta: “Você está satisfeito com a atuação da biblioteca em sua Escola?”, apresenta dados importantes. Somente 40,9% responderam que sim, 9,1% responderam que não e 50%, um pouco.

Entre os aspectos desfavoráveis e duvidosos descritos no grupo 2 e 3 é possível apresentar algumas considerações. A questão sobre o livro didático é um grande obstáculo em muitas escolas públicas. Geralmente uma enorme quantidade desses materiais fica estocada na biblioteca, porém, estes não são itens de acervo. Muitas vezes, este tipo de material ocupa grande parte do espaço da biblioteca e consome um tempo excessivo para seu controle. Portanto, a situação do livro didático necessitaria de maiores detalhamentos para entender qual é realmente a realidade encontrada. De antemão, é possível dizer que o tratamento recomendado para esse material seja à parte, fora do espaço da biblioteca, pois tem finalidade que destoa completamente dos itens mantidos no acervo.

A pergunta sobre a habilitação também gera dúvidas, já que a habilitação principal indicada pelo Estado para ocupação da vaga da biblioteca é dada ao professor. Portanto, por meio desta resposta, não é possível ter certeza sobre a questão da habilitação e seria necessário atrelar outros detalhamentos. Apesar disso, considerando o contexto já conhecido e as respostas dadas em outras perguntas, é possível que estejam em concordância com a orientação do Estado, pois, esta é uma prática conhecida e bem aceita, mesmo sem respaldo técnico legal, como se pode ver, muitas escolas funcionam normalmente com bibliotecas sem bibliotecários.

Uma grande porcentagem dos entrevistados revelou que muitos desses profissionais que atuam na biblioteca não são formados em Biblioteconomia ou até mesmo nem sabem qual seria a formação do responsável pela biblioteca. Uma parcela de 4,5% dos entrevistados disse entender a necessidade da Biblioteca, mas que não tem como ajudar muito. Esse reconhecimento sobre a autonomia não foi muito expressivo e, portanto, não parece ser um problema para a maioria, o que reforça a ideia sobre estar em conformidade com as orientações repassadas pelo Estado, mesmo que estejam infringindo a lei.

Sobre a satisfação do desempenho da biblioteca, somando-se as pessoas que dizem não estarem satisfeitas 9,1% com 50% que se dizem apenas pouco satisfeitas, o total são de que quase 60%, um número bastante expressivo que talvez tenha relação com o fato de que não estejam em cumprimento da lei com relação à biblioteca. Grande parte, nem mesmo tem conhecimento sobre a lei em torno da biblioteca. A falta de profissional qualificado interfere diretamente na prestação de serviços.

Feitas essas considerações, passemos agora a analisar os comentários dos gestores que foram postados na última questão do formulário, uma questão aberta que pontuava: “Caso você queira e ache necessário, por favor, comente suas percepções sobre a biblioteca no espaço da sua escola, suas opiniões, ideias e informações que não tenham sido abordadas nas perguntas acima”. No quadro abaixo, as repostas obtidas:

Quadro 1 – Respostas dissertativas do questionário

O investimento nas bibliotecas escolares pelo Estado de MG é insuficiente. É preciso capacitações contínuas dos profissionais e estímulo ao uso devido. - ESCOLA A

Respondi a pesquisa de forma 'geral'. Temos duas realidades bem distintas entre os turnos de ensino, pois o fundamental I é muito mais atuante e 'exigido' pelos alunos as atividades desenvolvidas... o Fundamental II não tem tanta essa exigência e precisamos melhorar mais isso. Além disso, temos uma biblioteca com muitos itens desatualizados e em desuso, mas para adquirir novos itens não possuímos recursos que fomentam a biblioteca. Tentamos o máximo com o que temos e podemos, mas gostaríamos de fazer muito mais pela biblioteca da escola para que a mesma se torne um atrativo a mais para alunos e comunidade escolar como um todo. - ESCOLA B

Geralmente coloca-se na biblioteca pessoas em desvio de função ou em final de carreira para "descansar". Isso faz desse lugar tão importante dentro da escola um local frio, sem vida e apenas burocrático. - ESCOLA C

Entendemos que é necessário mais investimentos. - ESCOLA D

Satisfeito. - ESCOLA E

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Apenas um gestor que respondeu à pesquisa, respondeu de forma sucinta: “Satisfeito”. Entende-se, então, que, para este sujeito da pesquisa, a biblioteca cumpre o seu papel e está dentro das normas exigidas na legislação vigente. Porém, certamente não é o que acontece. Pode-se perceber um certo descaso com a pesquisa, respondendo-a mais para cumprir protocolo e sem descrever pormenorizadamente com o que está satisfeito na biblioteca de sua escola. Afirmamos isso com base nas evidências dos quatro outros sujeitos pesquisados sendo que todos demonstraram insatisfação com a biblioteca, admitindo a necessidade de mais investimentos, o descaso do Estado com os espaços e chama ainda mais a atenção o comentário do gestor da Escola C que repetimos aqui: “Geralmente coloca-se na biblioteca pessoas em desvio de função ou em final de carreira para “descansar”.

Isso faz desse lugar tão importante dentro da escola um local frio, sem vida e apenas burocrático” (ESCOLA C). Esse comentário corrobora toda a hipótese de nossa pesquisa de que os profissionais que atuam nas bibliotecas escolares do Estado de Minas Gerais não são profissionais bibliotecários, em sua grande maioria, e não estão preparados para tornar a biblioteca realmente um espaço do conhecimento, dinâmico, vivo, atraente e com recursos que possam de fato ser usados e mobilizados e com ações promovidas por profissionais entusiasmados e realmente preparados para tal. Por isso, é importante continuar pesquisando a temática propondo outras abordagens e outros estudos para se chegar a ações que realmente contribuam para a transformação da realidade das bibliotecas escolares de todo o Brasil em geral, e aqui de Minas Gerais, em específico.

Muitos gestores ainda não conhecem a lei que trata sobre a regulamentação das bibliotecas e do bibliotecário. Outro fator, é que existem pessoas que, ainda que sejam minoria, não reconhecem ou não valorizam o trabalho do profissional bibliotecário. A subutilização desses espaços é algo comum e rotineiro na escola pública, ainda que sejam desprendidos alguns esforços, eles são insuficientes e ineficazes. Até porque, a maioria se declara insatisfeita com os serviços oferecidos por estes espaços na escola. Além disso, muitos também relataram que não sabem ou nem tem certeza sobre a formação das pessoas que estão à

frente destes cargos. Todas essas questões, trazem informações que não se encaixam e não fazem sentido, considerando a importância da função do bibliotecário dentro da escola.

Considerações Finais

A biblioteca e a escola precisam verdadeiramente estar afinadas para que ambos se beneficiem mutuamente do seu trabalho. No final, o maior beneficiado com esse entrosamento é o aluno, conseqüentemente, a sociedade. Mas, são decisões que hierarquicamente, começam de cima, inclusive, acima do gestor, como é o caso das Escolas Públicas do Estado de Minas Gerais. Isto limita as ações do gestor e muitas vezes o torna um simples cumpridor de uma legislação interna burocrática rígida e sem sentido. Então, como encontrar uma solução, quando o próprio Governo do Estado ignora normas e leis, não cumpre orientações básicas para o bom funcionamento da Biblioteca no interior da escola?

Importante dizer que, quanto mais se tem ignorado a biblioteca, mais a Educação é prejudicada, bem como a formação dos educandos de forma que possam ser formados sujeitos críticos, autônomos e reflexivos como bem pontuou Paulo Freire. A negação ao ambiente das bibliotecas nas escolas com existência adequada, bem como sua plena atividade, é um direito que deveria ser inegociável. Quem conhece o interior da escola pública, sabe a verdadeira condição desses espaços. Essa realidade tem gerado marcas profundas em diversos contextos. Assim, essa pesquisa soma-se a outros trabalhos na busca por caminhos mais assertivos, oferece subsídios que complementam o debate em torno da biblioteca na escola pública, em prol da construção de transformações e ressignificações necessárias.

Infelizmente, a imensa maioria desses ambientes é tratada com indiferença, subutilizados, acabam sendo excluídos do processo ensino-aprendizagem. Em algumas situações muito particulares, é até possível perceber algum esforço para melhoria. Entretanto, são iniciativas tímidas,

limitadas, insuficientes, descontínuas e isoladas. Grande parte das Bibliotecas das escolas públicas, são silenciadas, gerenciadas por pessoas leigas, utilizadas de forma inadequada, conduzidas pelo improviso e pelo amadorismo, prática que gera desinformação, desconhecimento e a baixa qualidade no ensino Sem dúvida, o que tem amparado e mantido vivo o sub-papel da biblioteca na escola pública tem força contrária ao desenvolvimento, apesar da inconsequente e imprudente ausência de plausibilidade.

Portanto, pesquisas neste âmbito precisam continuar e este estudo pequeno, porém relevante, aqui apresentado, mostra que a ausência do profissional bibliotecário nas escolas (ainda que recortado de uma realidade muito pequena, mas possível de mostrar o que acontece numa totalidade) precisa ser reivindicado e estimulado para que se possa garantir a legislação e não só garanti-la em forma burocrática e cumprimento dos papéis governamentais, mas como ações que concretizem na prática o direito à biblioteca, à literatura (como apregoa Cândido, 2011, p.188) e, dessa forma, e sobretudo, o direito à cidadania.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal 12.244 de 24 de Maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 06 set 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 ago 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm Acesso em: 05 ago 2022.

CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 22. ed. São Paulo: editora Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO.** Disponível em:< <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2022.

INSTITUTO PRO-LIVRO. Fomenta à leitura e acesso ao livro. Acesso em: <https://www.prolivro.org.br/>. Disponível em: 20 jul. 2022

MELO, Maurizeide Pessoa de; NEVES, Dulce Amélia de Brito. A importância da biblioteca infantil. **Biblionline**, v. 1, n. 2, 2005

MILANESI, Luis, **O que é biblioteca.** 10. ed. São Paulo. Brasiliense, 1983.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar.** 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994.